Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

- **INDEXAÇÃO SALARIAL: UMA ABORDAGEM MACROECONÔMICA**
  Jo Anna Gray
- **AJUSTE NO EMPREGO E PRODUTIVIDADE NA DÉCADA DE OITENTA**
  Carlos Antônio Luque
  José Paulo Zeeteno Chahad
- **O CONSUMIDOR KEYNESIANO**
  Marcelo Côrtes Neri
- **HETEROGENEIDADE DO TRABALHO E TAXA DE LUCRO EM MARX**
  Francisco Cribari Neto
- **ECONOMIAS DE ESCALA: UMA REVISÃO**
  Jesiel de Marco Gomes
- **CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL**
  Marcelo Resende
- **NOVOS RUMOS PARA O SETOR ELÉTRICO NO BRASIL**
  Adriano Pires Rodrigues
  Eduardo da Cunha Vianna
- **OFERTA E DEMANDA DE FRANGO DE CORTE NO BRASIL**
  Narciso Gonçalves de Castro et alii
- **ANÁLISE ECONÔMICA DA IRRIGAÇÃO DO MILHO**
  Lúcia M Schirmer
  Juvir Luiz Mattuella
- **REFLORESTAMENTO NO BRASIL**
  Carlos José Caetano Bacha
- **ESCOLHA DE TECNOLOGIA EM ESTRUTURA DE PRINCIPAL AGENTE**
  Kyle D. Kauffman
- **A QUESTÃO DEMOGRÁFICA E A PRAXEOLOGIA**
  Anton Karl Biedermann et alii

ano 10 **março, 1992** **nº 17**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof. Tuiskon Dick
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretora: Profª Yeda Rorato Crusius.
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS
Diretor: Reinaldo Ignacio Adams
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Chefe: Prof. Fernando Ferrari Filho
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Coordenador: Prof. Nali de Jesus de Souza
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL
Coordenador: Prof. Atos Freitas Grawunder

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Feldens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Ernani Hickmann, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto, Otilia Beatriz Kroeff Carrion, Otto Guilherme Konzen, Paulo Alexandre Spohr, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams, Roberto Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius, David Garlow (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Augusto Lanzer (UFSC), Eleutério F.S. Prado (USP), Fernando Holanda Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), Joaquim Pinto de Andrade (UnB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.).

COMISSÃO EDITORIAL: Atos Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Maria Ivone de Mello (normalização), Vanete Ricacheski (revisão de textos).

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista **Análise Econômica** são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas ou recensões.

Toda correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA
Revista Análise Econômica
Av. João Pessoa, 52
CEP 90040-000 - PORTO ALEGRE (RS), BRASIL
Telefones: (051) 228-1633 - 224-6024 ramais 3440 e 3348
Fax: (051) 225-1067

MENSURAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL, 1970/86*

Marcelo Resende**

SINOPSE

Este artigo pretende quantificar a concentração bancária no Brasil ao longo do período 1970/86 para as variáveis depósitos totais, depósitos a vista, depósitos a prazo, número de agências e empréstimos. Pode-se verificar um grande aumento da concentração no grupo dos bancos comerciais privados, o que reflete, de um lado, medidas governamentais de incentivo e, de outro lado, a natureza cambiante das formas de competição, dado o ambiente inflacionário. Pode-se esperar que a estabilização do nível geral de preços contribuíria, ainda que pouco, para o aumento no nível de concorrência no setor bancário.

1. INTRODUÇÃO

O setor bancário brasileiro tem merecido a atenção de diversos estudos, mormente nas décadas de setenta e oitenta. Com efeito, é consensual que o nível da concentração bancária se elevou substancialmente, sobretudo na década de setenta. Tal fenômeno certamente reflete, em grande medida, as políticas regulatórias de incentivo à concentração desenvolvidas pelo governo. Esse tipo de política remonta à década de quarenta (Ver Melo Filho/1972), mas atingiu seu auge na primeira metade da década de setenta através da operação da Comissão de Fusões e Incorporações (COFIE), que incentivava fusões e incorporações no setor

* Este trabalho resume o capítulo 3 da dissertação de mestrado apresentada à PUC/RJ. O autor gostaria de agradecer o auxílio do estagiário Raul Zenha e o suporte financeiro do PNPE/IPEA e da Fundação Guilherme Guinle.

** Professor assistente do Departamento de Economia da FEA/UFRJ.

bancário, mediante a concessão de vantagens tributárias.[1] O principal argumento subjacente a tais políticas, de base empírica duvidosa, era o de que os bancos remanescentes de maior porte realizariam economias de escala, o que acabaria sendo repassado em termos de patamares de taxas de juros mais reduzidos. De qualquer forma, à parte da discussão das causas da concentração bancária, foram empreendidos esforços no sentido de quantificar essa concentração nos trabalhos de Bouzan (1972), Meirelles (1975), Fonseca & Sanvicente (1977), Castro (1981), Tavares (1981), Corrêa (1985) e Marques (1985).[2] Tais estudos, via de regra, apontam para um aumento significativo da concentração, ao menos na primeira metade da década de setenta. Contudo, pecam em geral pela utilização de medidas de concentração toscas, pela consideração de períodos espaçados e pelo nível de agregação dos dados. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é o de preencher uma lacuna na literatura, através de um esforço de quantificação mais rigoroso.

A dificuldade em se definir o produto de um banco, serve de motivação para uma análise desagregada em termos das variáveis depósitos a vista, depósitos a prazo, empréstimos e número de agências. O trabalho está organizado da seguinte forma. A segunda seção apresenta uma breve digressão acerca do índice de concentração a ser utilizado e suas decomposições. A terceira seção apresenta os resultados da mensuração da concentração bancária para os bancos comerciais privados. A quarta e última seção apresenta os comentários finais.

2. O ÍNDICE DE HERFINDAHL E SUAS DECOMPOSIÇÕES

Grande parte dos estudos anteriormente mencionados fez uso das chamadas razões de contração que, dentre outros problemas, desconsidera mudanças nas posições relativas das firmas não incluídas no índice. Tendo em vista dificuldades dessa ordem, far-se-á uso do índice de Herfindahl definido como:

$$H = \sum_{i=1}^{n} P_i^2$$

onde p_1 representa a parcela da i-ésima firma no total da variável sob consideração. É fácil mostrar que os limites de tal índice situam-se entre 1/n e 1, no caso em que as participações de mercado estão igualmente distribuídas e quando só existe uma firma, respectivamente. Esse índice pode ser ajustado de modo a tornar a amplitude de variação constante, para tanto basta dividir H pela amplitude possível de varia-

1 Para maiores detalhes ver Marques (1985) e Tavares & Carvalheiro (1985).
2 Para uma resenha desses estudos, ver Resende (1989), capítulo 2.

ção (n-1)/n), o que nos dá:

$$H' = \frac{n}{n-1} H$$

Essa variante do índice tem amplitude de variação igual a 1, mas seus limites inferior e superior dependem do número de firmas. Srivastava & Aggarwal (1979) sugerem outra versão ajustada do índice de Herfindahl, cujos limites independem do número de firmas e, assim, seria mas conveniente para comparações intertemporais:

$$H'' = \frac{1}{n-5} [nH-1] \qquad \text{para } n > 1$$

Os valores extremos de H'', obtidos a partir da substituição dos limites anteriormente mencionados na fórmula acima, permite concluir que esse se situa entre 0 e 1.[3]

Outra possibilidade, de grande apelo intuitivo, consiste na consideração do chamado número equivalente de firmas(ne) definido como o número de firmas de igual tamanho compatível com o valor observado do índice. É fácil mostrar que esse indicador é igual ao inverso do índice de Herfindahl.

Adicionalmente, o índice de Herfindahl, em sua formulação original, permite uma conveniente decomposição.[4] Ilustramos tal possibilidade pela decomposição da concentração nos depósitos totais em termos da concentração nos depósitos a vista e a prazo.

$$HD_t = \frac{1}{(D_t)^2} \sum_{i=1}^{n} D_{it} \; DV_{it} + \frac{1}{(D_t)^2} \sum_{i=1}^{n} D_{it} \; DP_{it}$$

onde:

DV_{it} é o volume de depósitos a vista do banco i no período t
DP_{it} idem para depósitos a prazo
D_{it} idem para depósitos totais

$$D_t = \sum_{i=1}^{n} D_{it}$$

Pode-se interpretar a primeira e segunda parcelas, respectivamente, como a contribuição dos depósitos a vista e dos depósitos a prazo para a

3 Para uma discussão detalhada sobre o índice de Herfindahl, ver Resende (1990).
4 Ver Srivastava & Aggarwal (1979), op. cit.

concentração nos depósitos totais.

Outro ponto de interesse, refere-se à decomposição dos índices de concentração segundo as contribuições dos bancos oficiais e privados. Nesse caso, a decomposição é direta, cabendo apenas identificar a participação desses grupos de bancos no total do índice.

Nas seções seguintes, passamos a apresentar os resultados por meio de gráficos; as tabelas com o conjunto completo de medidas de concentração aparecem no apêndice.

3. MENSURAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO

3.1 Introdução

Os índices de concentração para as variáveis de estudo foram calculados a partir de dados mensais de balancetes individuais de bancos disponíveis na **Revista Bancária Brasileira,** com os quais foram geradas médias trimestrais que serviram de base para o cálculo dos índices. Os dados, referindo-se especificamente ao número de agências, foram obtidos júnto ao Departamento de Cadastro do Banco Central em bases semestrais para o período 1980/87.

Podemos enumerar algumas dificuldades associadas a estudos anteriores que motivaram um esforço de quantificação da concentração mais cuidadoso: i) Uso de medidas toscas; nesse particular Meirelles (1975), Castro (1981) e Corrêa (1985) são exceções;

ii) Cálculo de índices para períodos espaçados. Nesse tocante, Bouzan (1972), Tavares (1983) estão isentos de crítica, todavia recaem na crítica apresentada em (i);

iii) Utilização de dados referentes a saldo de fim de ano;

iv) Consideração exclusiva da totalidade dos bancos, como fizeram Fonseca & Sanvicente (1977).

A crítica expressa em (ii) é particularmente relevante se existe a pretensão de discutir econometricamente os determinantes da concentração Bancária.[5] A crítica (iii) pode ser inócua se não se espera que as eventuais distorções contábeis afetem bancos distintos de forma particularmente diferenciada. Por outro lado, a crítica (iv) revela-se fundamental, tendo em vista a hipótese de que os fatores que norteiam as decisões dos segmentos públicos e privados seriam essencialmente distintos. Adicionalmente, as medidas regulatórias do governo visavam essencialmente estimular de forma indireta a eficiência do setor privado (com vistas à redução da taxa de juros). De fato, os bancos públicos por estarem sob

5 Ver Resende (1989), capítulo 4, para um esforço dessa natureza.

controle de esferas governamenais não exigiriam medidas indiretas de incentivo à eficiência. Tendo em mente tais considerações, justifica-se que concentremos nossa atenção no segmento dos bancos comerciais privados, dada a distorção que seria implicada na análise, sobretudo pela presença do Banco do Brasil. Para se ter uma idéia, o Banco do Brasil chegou a responder por 45% do total de empréstimos, cabendo salientar que ele atua maciçamente na concessão de crédito subsidiado à agricultura. Convém, contudo, sumariar as principais conclusões referenes à totalidade dos bancos conforme estudado por Resende (1989):

a) as flutuações dos índices de concentração referentes aos depósitos a vista e empréstimos refletem, via de regra, as flutuações nas participações dos bancos públicos;
b) não se observa o propalado aumento da concentração. Com efeito, a concentração nos depóstios a vista chega a cair à metade do nível máximo observado no início da década de setenta;
c) observa-se uma contínua redução da participação dos depósitos a vista na explicação da concentração nos depósitos totais.

De todo modo, face às considerações anteriormente feitas, essas conclusões revelam-se de interesse limitado, fazendo-se necessário que nos detenhamos no grupo dos bancos comerciais privados a partir da próxima seção.

3.2 Mensuração da Concentração-Bancos Comerciais Privados

A observação da evolução da concentração restrita ao grupo dos bancos comerciais privados permite-nos afirmar que aquela se elevou substancialmente. Os índices de concentração para depósitos totais, depósitos a vista, depósitos a prazo e as decomposições relevantes aparecem na tabela 1. O gráfico 1 mostra a evolução da concentração nos depósitos totais e pode-se depreender do mesmo um significativo incremento da concentração. De fato, já na primeira metade da década de setenta, o nível de concentração mais do que dobra.

TABELA 1
ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA DEPÓSITOS E SUAS COMPOSIÇÕES, BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – 1970-86

Período	Índice para Depo. Totais (HDT)	Índice para Depo. à V. à (HDV)	Índice para Depo. a Prazo (HDP)	Contribuição de HDV para HDT	Contribuição de HDP para HDT
1970-1	0,0280 (0,0217) (35,9)	0,0299 (0,0225) (34,6)	0,0240 (0,0173) (41,9)	0,0270	0,0010
1970-2	0,0296 (0,0229) (34,0)	0,0306 (0,0240) (32,6)	0,0288 (0,0218) (36,2)	0,0255	0,0011
1970-3	0,0299 (0,0231) (33,7)	0,0311 (0,0243) (32,4)	0,0288 (0,0216) (34,9)	0,0267	0,0012
1970-4	0,0289 (0,0222) (34,9)	0,0300 (0,0233) (33,6)	0,0295 (0,0224) (34,1)	0,0277	0,0012
1971-1	0,0299 (0,0227) (33,7)	0,0312 (0,0240) (32,3)	0,0267 (0,0207) (24,2)	0,0282	0,0017
1971-2	0,0283 (0,0210) (35,5)	0,0293 (0,0219) (34,4)	0,0266 (0,0196) (27,4)	0,0286	0,0017
1971-3	0,0325 (0,0250) (31,0)	0,0329 (0,0254) (30,5)	0,0440 (0,0357) (22,9)	0,0299	0,0026
1971-4	0,0335 (0,0237) (30,1)	0,0341 (0,0243) (29,6)	0,0414 (0,0325) (24,4)	0,0304	0,0031
1972-1	0,0335 (0,0251) (30,1)	0,0345 (0,0262) (29,2)	0,0390 (0,0297) (25,9)	0,0300	0,0035
1972-2	0,0343 (0,0290) (29,4)	0,0364 (0,0281) (27,7)	0,0372 (0,0292) (27,1)	0,0309	0,0034
1972-3	0,0334 (0,0247) (30,2)	0,0362 (0,0264) (29,7)	0,0301 (0,0209) (33,5)	0,0300	0,0034
1972-4	0,0341 (0,0216) (29,5)	0,0369 (0,0227) (28,1)	0,0302 (0,0204) (33,4)	0,0312	0,0029
1973-1	0,0434 (0,0323) (23,3)	0,0439 (0,0328) (23,0)	0,0667 (0,0445) (17,9)	0,0377	0,0057
1973-2	0,0414 (0,0304) (24,4)	0,0425 (0,0316) (23,7)	0,0534 (0,0416) 19,9)	0,0388	0,0046
1973-3	0,0436 (0,0326) (23,1)	0,0446 (0,0335) (21,7)	0,0453 (0,0355) (22,4)	0,0399	0,0039
1973-4	0,0425 (0,0316) (23,9)	0,0447 (0,0339) (22,8)	0,0437 (0,0319) (23,1)	0,0387	0,0038
1974-1	0,0470 (0,0364) (21,5)	0,0500 (0,0394) (20,5)	0,0447 (0,0324) (22,6)	0,0431	0,0039
1974-2	0,0484 (0,0364) (20,9)	0,0516 (0,0396) (19,5)	0,0473 (0,0344) (21,4)	0,0440	0,0044
1974-3	0,0549 (0,0427) (18,4)	0,0596 (0,0464) (17,2)	0,0503 (0,0373) (20,1)	0,0506	0,0043
1974-4	0,0565 (0,0445) (17,8)	0,0602 (0,0482) (16,8)	0,0472 (0,0348) (21,4)	0,0531	0,0037
1975-1	0,0624 (0,0496) (16,2)	0,0666 (0,0538) (15,2)	0,0487 (0,0362) (20,6)	0,0578	0,0048
1975-2	0,0646 (0,0510) (15,7)	0,0675 (0,0543) (14,9)	0,0523 (0,0340) (21,0)	0,0604	0,0042
1975-3	0,0664 (0,0526) (15,2)	0,0700 (0,0562) (14,5)	0,0482 (0,0337) (21,0)	0,0625	0,0039
1975-4	0,0656 (0,0521) (15,4)	0,0695 (0,0558) (14,6)	0,0518 (0,0344) (20,8)	0,0619	0,0039
1976-1	0,0667 (0,0528) (15,4)	0,0709 (0,0569) (14,3)	0,0467 (0,0340) (20,8)	0,0621	0,0038
1976-2	0,0648 (0,0511) (15,6)	0,0690 (0,0553) (14,7)	0,0679 (0,0539) (14,9)	0,0605	0,0043
1976-3	0,0678 (0,0539) (15,0)	0,0725 (0,0586) (14,0)	0,0732 (0,0586) (13,8)	0,0636	0,0042
1976-4	0,0668 (0,0532) (15,2)	0,0719 (0,0581) (14,1)	0,0695 (0,0552) (14,5)	0,0627	0,0042
1977-1	0,0662 (0,0525) (15,3)	0,0724 (0,0587) (13,9)	0,0616 (0,0471) (16,5)	0,0612	0,0050
1977-2	0,0662 (0,0527) (15,3)	0,0729 (0,0594) (13,9)	0,0579 (0,0436) (17,5)	0,0606	0,0054
1977-3	0,0658 (0,0523) (15,4)	0,0746 (0,0610) (13,9)	0,0531 (0,0386) (19,1)	0,0601	0,0057
1977-4	0,0645 (0,0515) (15,7)	0,0752 (0,0621) (13,5)	0,0526 (0,0386) (19,1)	0,0583	0,0062
1978-1	0,0614 (0,0484) (16,5)	0,0724 (0,0594) (14,0)	0,0627 (0,0390) (19,2)	0,0539	0,0075

(continua)

TABELA 1
ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA DEPÓSITOS E SUAS COMPOSIÇÕES, BANCOS COMERCIAIS E PRIVADOS, 1970-86

(continuação)

Período	Índice para Deps. Totais (HDT)	Índice para Deps. a Vista (HDV)	Índice para Deps. a Prazo (HDP)	Contribuição de HDV para HDT	Contribuição de HDP para HDT	Período	Índice para Deps. Totais (HDT)	Índice para Deps. a Vista (HDV)	Índice para Deps. a Prazo (HDP)	Contribuição de HDV para HDT	Contribuição de HDP para HDT
1978-2	0,0633 (0,0503) (16,0)	0,0780 (0,0650) (13,0)	0,0507 (0,0370) (20,0)	0,0550	0,0083	1981-1	0,0860 (0,0523) (15,4)	0,0866 (0,0729) (11,7)	0,0593 (0,0437) (17,1)	0,0574	0,0086
1978-3	0,0611 (0,0484) (16,6)	0,0749 (0,0622) (13,5)	0,0495 (0,0362) (20,4)	0,0530	0,0083	1981-2	0,0663 (0,0528) (15,3)	0,0910 (0,0775) (11,1)	0,0585 (0,0431) (17,4)	0,0568	0,0095
1978-4	0,0561 (0,0439) (18,0)	0,0715 (0,0593) (14,1)	0,0500 (0,0375) (20,2)	0,0473	0,0088	1981-3	0,0684 (0,0554) (14,8)	0,0953 (0,0823) (10,6)	0,0617 (0,0472) (16,4)	0,0580	0,0104
1979-1	0,0573 (0,0447) (17,6)	0,0798 (0,0671) (12,7)	0,0508 (0,0376) (20,0)	0,0463	0,0110	1981-4	0,0686 (0,0476) (16,7)	0,0932 (0,0702) (12,2)	0,0639 (0,0501) (15,8)	0,0514	0,0092
1979-2	0,0560 (0,0432) (18,1)	0,0792 (0,0664) (12,8)	0,0498 (0,0365) (20,3)	0,0444	0,0116	1982-1	0,0617 (0,0490) (16,4)	0,0887 (0,0761) (11,4)	0,0619 (0,0484) (16,4)	0,0489	0,0128
1979-3	0,0605 (0,0474) (16,7)	0,0878 (0,0747) (11,5)	0,0509 (0,0370) (19,9)	0,0487	0,0118	1982-2	0,0673 (0,0544) (15,0)	0,0904 (0,0775) (11,2)	0,0594 (0,0457) (17,1)	0,0533	0,0140
1979-4	0,0597 (0,0469) (17,0)	0,0815 (0,0687) (12,4)	0,0501 (0,0366) (20,2)	0,0495	0,0102	1982-3	0,0673 (0,0544) (15,0)	0,0920 (0,0791) (11,0)	0,0600 (0,0463) (16,9)	0,0529	0,0144
1980-1	0,0515 (0,0484) (16,5)	0,0890 (0,0759) (11,4)	0,0517 (0,0378) (19,6)	0,0510	0,0105	1982-4	0,0692 (0,0567) (14,6)	0,0937 (0,0812) (10,8)	0,0586 (0,0452) (17,3)	0,0558	0,0134
1980-2	0,0632 (0,0499) (16,0)	0,0877 (0,0744) (11,6)	0,0517 (0,0376) (19,6)	0,0544	0,0088	1983-1	0,0677 (0,0550) (15,0)	0,0936 (0,0810) (10,8)	0,0623 (0,0486) (16,3)	0,0549	0,0128
1980-3	0,0654 (0,0519) (15,5)	0,0882 (0,0746) (11,5)	0,0524 (0,0379) (19,4)	0,0581	0,0073	1983-2	0,0666 (0,0538) (15,2)	0,0962 (0,0834) (10,5)	0,0611 (0,0475) (16,6)	0,0500	0,0166
1980-4	0,0627 (0,0463) (16,1)	0,0823 (0,0691) (12,3)	0,0522 (0,0377) (19,4)	0,0563	0,0064	1983-3	0,0665 (0,0524) (15,2)	0,1008 (0,0875) (10,0)	0,0586 (0,0445) (17,3)	0,0488	0,0177

(continua)

TABELA 1
ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA DEPÓSITOS E SUAS COMPOSIÇÕES, BANCOS COMERCIAIS E PRIVADOS, 1970-86
(conclusão)

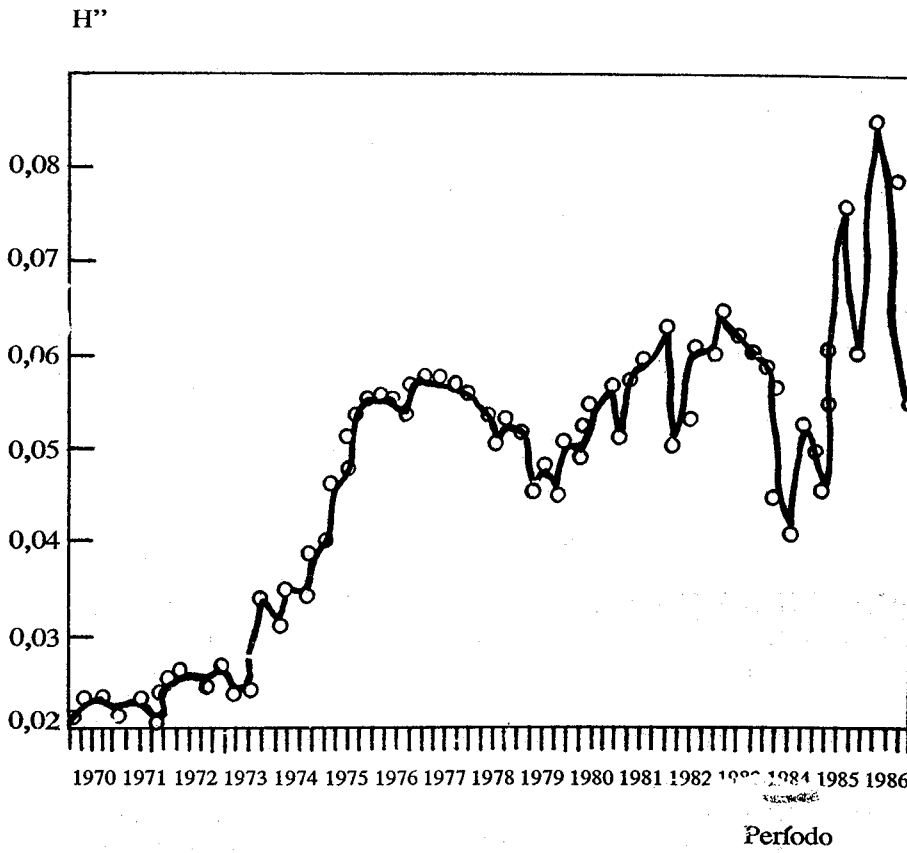
Período	Índice para Deps. Totais (HDT)	Índice para Deps. à Vista (HDV)	Índice para Deps. a Prazo (HDP)	Contribuição de HDV para HDT	Contribuição de HDP para HDT
1983-4	0,0635 (0,0500) (16,0)	0,1024 (0,0888) (9,9)	0,0525 (0,0382) (19,3)	0,0461	0,0174
1984-1	0,0585 (0,0442) (17,3)	0,1100 (0,0957) (9,2)	0,0560 (0,0413) (18,1)	0,0357	0,0228
1984-2	0,0550 (0,0419) (18,4)	0,1071 (0,0940) (9,4)	0,0480 (0,0343) (21,1)	0,0318	0,0232
1984-3	0,0635 (0,0492) (16,0)	0,1055 (0,0912) (9,6)	0,0529 (0,0380) (19,2)	0,0323	0,0312
1984-4	0,0602 (0,0469) (16,8)	0,1058 (0,0925) (9,6)	0,0494 (0,0350) (20,5)	0,0304	0,0298
1985-1	0,0590 (0,0447) (17,2)	0,1126 (0,0983) (9,0)	0,0498 (0,0350) (20,4)	0,0256	0,0334
1985-2	0,0647 (0,0510) (15,6)	0,1180 (0,1043) (8,6)	0,0522 (0,0378) (19,4)	0,0279	0,0368
1985-3	0,0697 (0,0560) (14,5)	0,1199 (0,1062) (8,4)	0,0562 (0,0419) (18,0)	0,0309	0,0388
1985-4	0,0793 (0,0646) (12,4)	0,1320 0,1173 (7,7)	0,0610 0,0456 (16,6)	0,0398	0,0395
1986-1	0,0716 (0,0571) (14,2)	0,1185 (0,1040) (8,6)	0,0581 (0,0428) (17,5)	0,0339	0,0377
1986-2	0,0894 (0,0744) (11,4)	0,1500 (0,1351) (6,8)	0,0565 (0,0411) (18,0)	0,0689	0,0205
1986-3	0,0850 (0,0702) (11,9)	0,1561 (0,1414) (6,5)	0,0470 (0,0316) (21,6)	0,0647	0,0203
1986-4	0,0724 (0,0577) (14,0)	0,1489 (0,1342) (6,8)	0,0450 (0,0296) (22,6)	0,0499	0,0225

NOTA: Os valores contidos em cada célula são respectivamente:
o índice de Herfindahl ajustado relativamente à amplitude de variação (H'),
o referido índice ajustado não só relativamente à amplitude de variação como também em relação ao seu limite inferior (H') e
o número de equivalentes.

TABELA 1
ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA DEPÓSITOS E SUAS COMPOSIÇÕES, BANCOS COMERCIAIS E PRIVADOS, 1970-86
(conclusão)

GRÁFICO 1

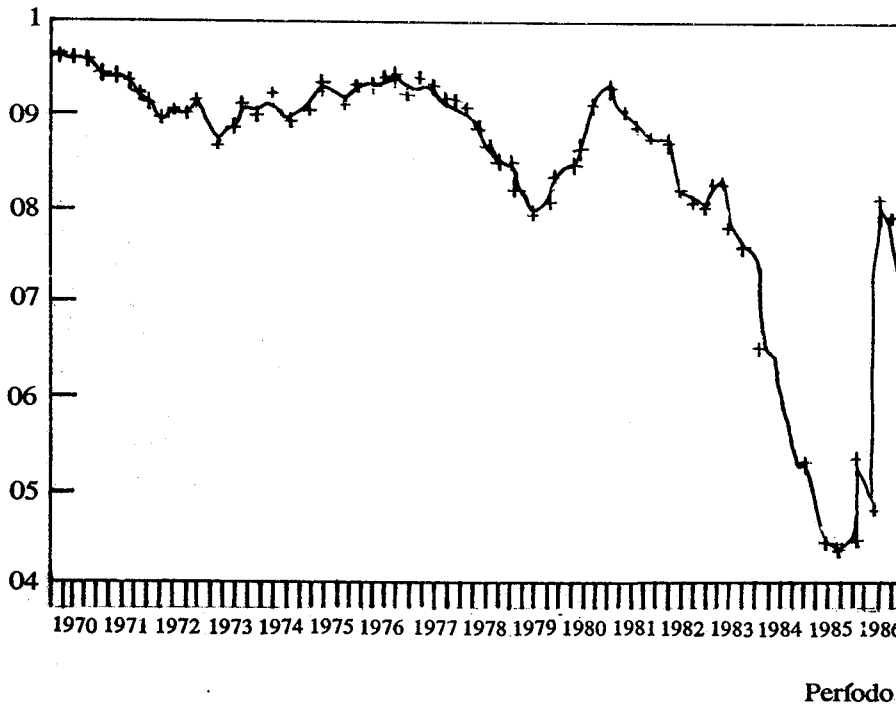
ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA DEPÓSITOS TOTAIS – BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – 1970/86



É interessante desagregar a anáise de forma a identificar a contribuição dos depósitos a vista e a prazo para a concentração nos depósitos totais. Nesse sentido, o gráfico 2 evidencia um amplo declínio na contribuição dos depósitos a vista para a concentração nos depósitos totais, sobretudo na década de oitenta.

GRÁFICO 2

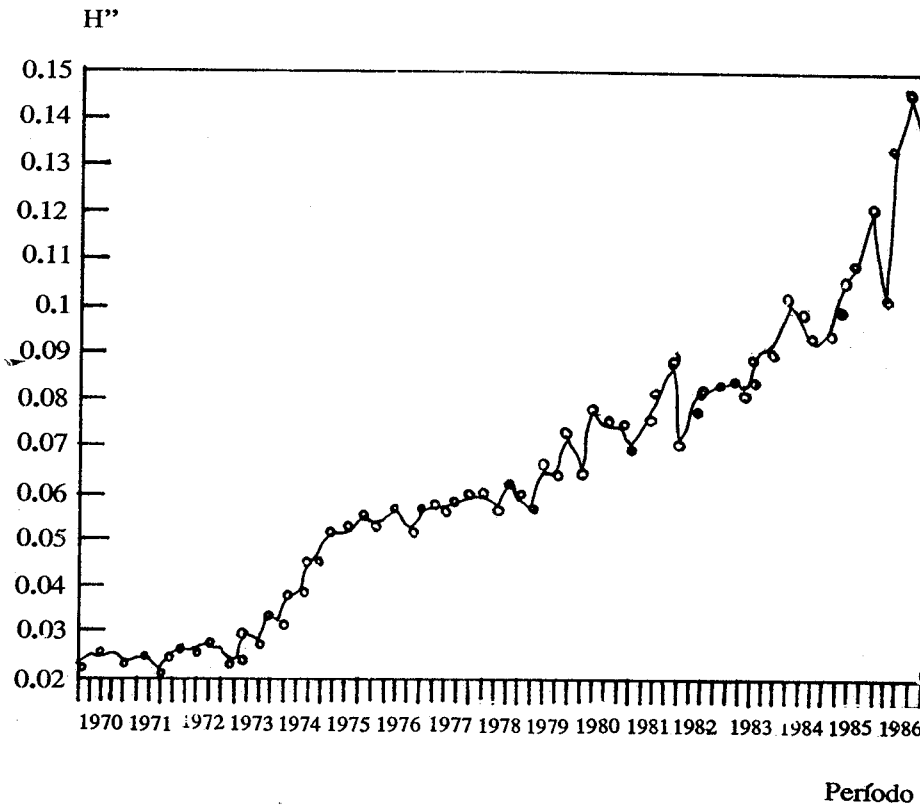
CONTRIBUIÇÃO DOS DEPÓSITOS A VISTA PARA CONCENTRAÇÃO NOS DEPÓSITOS TOTAIS – BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – 1970/86



Cabe agora considerar isoladamente cada um os componentes dos depósitos totais. É na variável depósitos a vista que se observa o maior aumento da concentração. De acordo com o gráfico 3, constata-se um contínuo e intenso aumento do nível de concentração, que chega a mais do que quintuplicar entre 1970 e 1986.

GRÁFICO 3

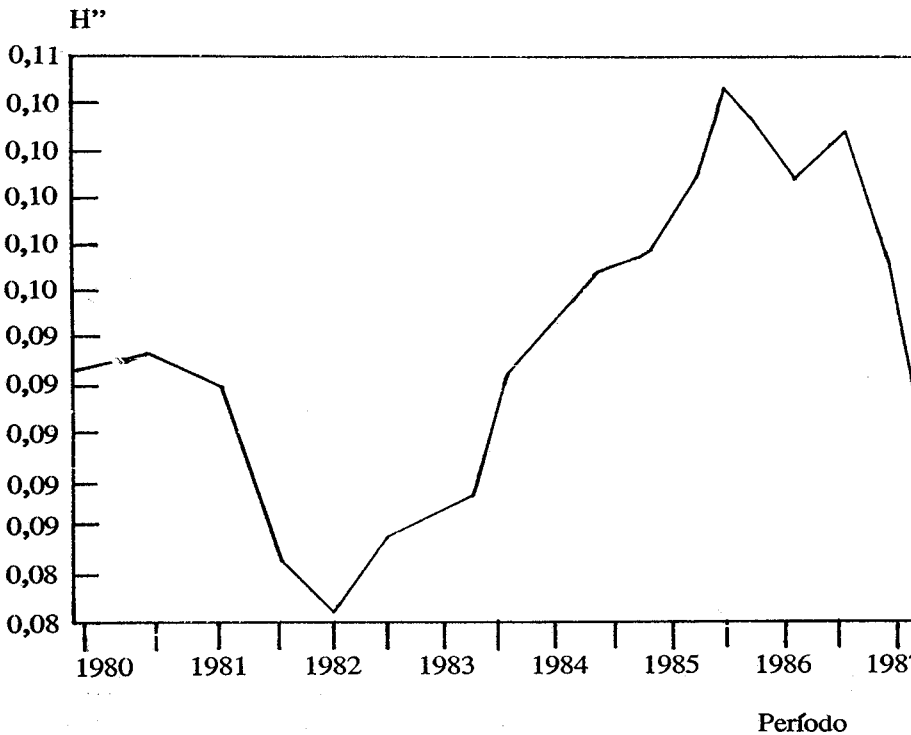
ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA DEPÓSITOS A VISTA – BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – 1970/86



Os depósitos a prazo, por outro lado, mostram um comportamento errático. É certo que entre 1970 e 1976, observa-se um grande aumento no nível de concentração (mais do que duplica), contudo, posteriormente, esse nível flutuaria seguidamente conforme se observa do gráfico 4.

GRÁFICO 4

ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA NÚMERO DE AGÊNCIAS – BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – 1980/87



Podemos, pois, estabelecer alguns elementos de comparação entre a evolução dos dois tipos de depósitos. Os depósitos a vista apresentam uma trajetória basicamente crescente e níveis de concentração relativamente mais elevados que os depósitos a prazo. A volatilidade e menor nível relativo da concentração nos depósitos a prazo não surpreende, podendo advir de um comportamento diversificador instável dos demandantes (essencialmente firmas). O nível sempre crescente e relativamente elevado da concentração nos depósitos a vista, é **prima facie** justificável pela exacerbarção de assimetrias entre bancos de tamanhos diferentes ao longo do tempo. De fato, um ambiente inflacionário no qual existem restrições de pagamento de juros aos depósitos a vista, induz os bancos a uma concorrência mais agressiva por esses depósitos e os bancos relati-

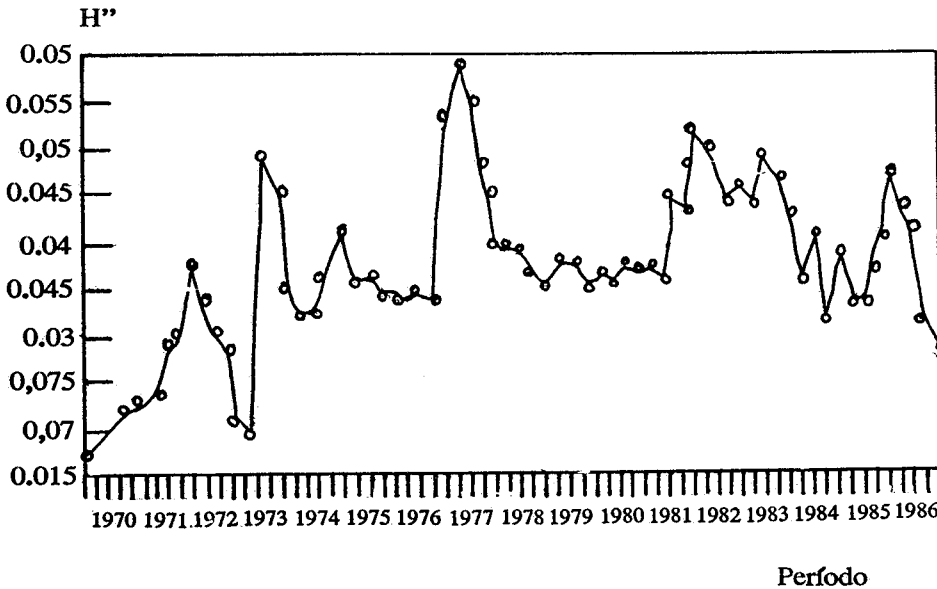
TABELA 2

ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS

PERÍODO	H	H'	H''	ne
1980-1	0,1033	0,1047	0,0910	9,7
1980-2	0,1033	0,1046	0,0915	9,7
1981-1	0,1026	0,1039	0,0908	9,7
1981-2	0,0956	0,0968	0,0842	10,5
1982-1	0,0939	0,0951	0,0822	10,6
1982-2	0,0970	0,0983	0,0856	10,3
1983-1	0,0986	0,0998	0,0870	10,1
1983-2	0,1040	0,1054	0,0924	9,6
1984-1	0,1065	0,1079	0,0946	9,4
1984-2	0,1093	0,1108	0,0969	9,1
1985-1	0,1104	0,1119	0,0979	9,0
1985-2	0,1169	0,1186	0,1044	8,6
1986-1	0,1133	0,1149	0,1009	8,8
1986-2	0,1156	0,1173	0,1030	8,6
1987-1	0,1106	0,1122	0,0979	9,0
1987-2	0,1027	0,1042	0,0901	9,7

GRÁFICO 5

ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA DEPÓSITOS A PRAZO – BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS 1970/86



vamente maiores possuem vantagem por terem uma maior rede de agências já instaladas e uma maior capacidade de expansão dessa rede. Assim, o grande incremento observado na concentração dos depósitos a vista podem refletir fatores de cunho locacional. Nesse sentido, a tabela 2 e o gráfico 5 mostram a concentração referente ao número de agências. Pode-se constatar um ligeiro aumento na concentração, porém só existem dados disponíveis para o período 1980/87 o que não permite que concluamos inequivocamente pela relevância de assimetrias na capacidade de captação. Essas seriam corroboradas caso tivéssemos uma série de índices de concentração desde 1970 que exibisse uma tendência crescente. Outro ponto correlato, inibido pela disponibilidade de dados, refere-se a avaliar em que medida a maior capacidade de captação dos bancos maiores aumentou em função de um maior número de agências ou por conta do aumento do tamanho médio das agências. Tal ponto reveste-se de interesse, pois a ampla discussão acerca da conveniência da concentração foi referenciada à existência de economias de escala, e essas em parte relacionam-se ao tamanho médio das agências (Ver Alves/1974).

Por fim, cumpre estudarmos a trajetória da concentração nos empréstimos. Para tanto, lancemos mão da tabela 3 e do gráfico 6, que permitem constatar um amplo aumento da concentração que mais do que dobra. Outrossim, há que se destacar que, semelhantemente as variáveis de depósitos, pode-se observar um ritmo de elevação da concentração particularmente elevado até meados da década de setenta, período este caracterizado por um intenso incentivo a concentração por parte da COFIE. Adicionalmente, vale mencionar que o nível de concentração desta variável revela-se sistematicamente mais baixo que o referente aos depósitos a vista, o que pode decorrer de um comportamento diversificador dos grandes bancos, que inseridos em conglomerados, não centralizariam suas aplicações em empréstimos por possuírem um maior espectro de alternativas de aplicações. Os bancos de pequeno porte teriam, ao contrário, uma maior dependência dos empréstimos enquanto aplicação.[6]

UFRGS
Faculdade de Ciências Econômicas
Biblioteca Cladis W. do Amaral
Seção de Periódicos
Av. João Pessoa, 52
90040 - Porto Alegre - RS - Brasil

6 Vale lembrar que Tavares (1983) aponta para um aumento da importância da carteira de câmbio nas aplicações dos grandes bancos entre 1975 e 1981.

GRÁFICO 6

ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA EMPRÉSTIMOS – BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – 1970/86

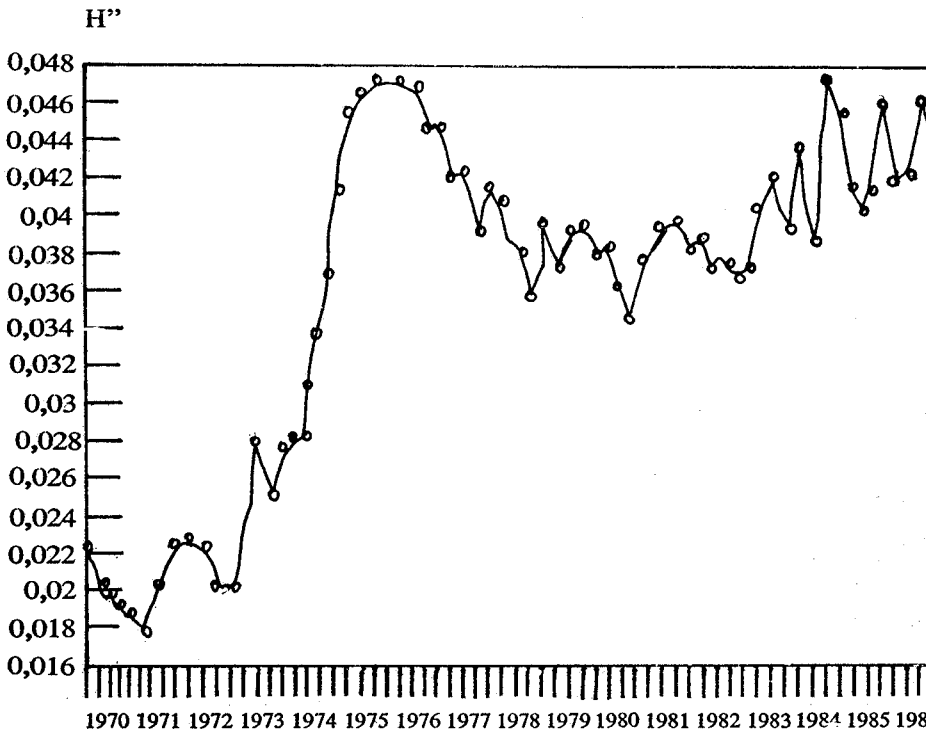


TABELA 3
ÍNDICES DE HERFINDAHL PARA EMPRÉSTIMOS
BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – 1970-1986

PERÍODO	H	H'	H"	ne
1970-1	0,0274	0,0276	0,0213	36,5
1970-2	0,0264	0,0265	0,0199	37,9
1970-3	0,0259	0,0260	0,0193	38,6
1970-4	0,0251	0,0253	0,0186	39,8
1971-1	0,0254	0,0255	0,0183	39,4
1971-2	0,0245	0,0247	0,0173	40,8
1971-3	0,0264	0,0266	0,0191	37,8
1971-4	0,0286	0,0288	0,0210	35,0
1972-1	0,0296	0,0298	0,0215	33,8
1972-2	0,0291	0,0293	0,0210	34,4
1972-3	0,0287	0,0289	0,0201	34,9
1972-4	0,0291	0,0294	0,0202	34,4
1973-1	0,0377	0,0381	0,0270	26,5
1973-2	0,0358	0,0362	0,0252	27,9
1973-3	0,0382	0,0386	0,0276	26,2
1973-4	0,0388	0,0392	0,0284	25,8
1974-1	0,0395	0,0400	0,0283	25,3
1974-2	0,0423	0,0428	0,0308	23,6
1974-3	0,0464	0,0470	0,0348	21,6
1974-4	0,0498	0,0504	0,0383	20,1
1975-1	0,0548	0,0555	0,0427	18,2
1975-2	0,0574	0,0581	0,0446	17,4
1975-3	0,0587	0,0595	0,0456	17,0
1975-4	0,0589	0,0597	0,0460	17,0
1976-1	0,0589	0,0597	0,0458	17,0
1976-2	0,0584	0,0592	0,0455	17,1
1976-3	0,0566	0,0574	0,0435	17,7
1976-4	0,0567	0,0575	0,0438	17,6
1977-1	0,0544	0,0552	0,0413	18,4
1977-2	0,0544	0,0551	0,0418	18,4
1977-3	0,0519	0,0526	0,0391	19,3
1977-4	0,0535	0,0542	0,0410	18,7
1978-1	0,0525	0,0532	0,0402	19,0
1978-2	0,0501	0,0508	0,0378	20,0

PERÍODO	H	H'	H"	ne
1978-3	0,0487	0,0493	0,0366	20,5
1978-4	0,0459	0,0465	0,0343	21,8
1979-1	0,0502	0,0508	0,0380	19,9
1979-2	0,0479	0,0485	0,0357	20,9
1979-3	0,0502	0,0509	0,0377	19,9
1979-4	0,0501	0,0508	0,0380	19,9
1980-1	0,0491	0,0497	0,0366	20,4
1980-2	0,0500	0,0507	0,0373	20,0
1980-3	0,0478	0,0484	0,0349	20,9
1980-4	0,0459	0,0465	0,0333	21,8
1981-1	0,0496	0,0502	0,0366	20,2
1981-2	0,0508	0,0515	0,0383	19,7
1981-3	0,0507	0,0514	0,0384	19,7
1981-4	0,0495	0,0501	0,0372	20,2
1982-1	0,0493	0,0499	0,0373	20,3
1982-2	0,0483	0,0489	0,0361	20,7
1982-3	0,0486	0,0492	0,0362	20,6
1982-4	0,0477	0,0483	0,0358	21,0
1983-1	0,0478	0,0484	0,0357	20,9
1983-2	0,0515	0,0522	0,0393	19,4
1983-3	0,0529	0,0536	0,0403	18,9
1983-4	0,0505	0,0[illegible]2	0,0377	19,8
1984-1	0,0558	0,0[illegible]	0,0423	17,9
1984-2	0,0494	0,0[illegible]0	0,0369	20,2
1984-3	0,0602	0,0[illegible]1	0,0468	16,6
1984-4	0,0575	0,0583	0,0448	17,4
1984-4	0,0575	0,0583	0,0448	17,4
1985-1	0,0538	0,0546	0,0403	18,6
1985-2	0,0520	0,0528	0,0391	19,2
1985-3	0,0536	0,0543	0,0406	18,7
1985-4	0,0584	0,0592	0,0445	17,1
1986-1	0,0550	0,0558	0,0413	18,2
1986-2	0,0552	0,0560	0,0411	18,1
1986-3	0,0591	0,0600	0,0453	16,9
1986-4	0,0568	0,0576	0,0429	17,6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou fornecer um mapeamento descritivo da estrutura de mercado do setor bancário brasileiro, aproximada em termos da evolução da concentração. Nesse sentido, empreendeu-se um esforço cuidadoso de quantificação da mesma. A consideração do segmento de bancos privados permitiu concluir por um sensível aumento no nível de concentração. Com efeito, além das medidas governamentais de incentivo à concentração, o próprio ambiente inflacionário tende a induzir os bancos a novas formas de concorrência, segundo dois movimentos:

i) aumento da competição por depósitos a vista – nesse caso, a forma típica de competição foi a de oferecer vantagens não pecuniárias, dentre as quais se destaca a localização especial das agências;

ii) oferecimento de ativos financeiros alternativos aos depósitos a vista – aqui estamos nos referindo indiretamente ao processo de conglomeração que se acentuaria em meados da década de setenta (Ver Perdigão/1983).

No processo de conglomeração, os aspectos locacionais desempenham um papel importante, na medida em que as agências dos bancos comerciais funcionam como postos de captação integrada dos conglomerados financeiros. Assim, face a essas mudanças nas formas de concorrência no setor bancário, espera-se que bancos de menor porte explorem mais intensamente as oportunidades que não sejam muito demandantes quanto à extensão da rede de agências. Tal certamente é o caso dos depósitos a prazo, nos quais constatou-se com efeito um nível de concentação relativamente mais baixo, o que pode ser explicado face ao perfil dos demandantes (essencialmente firmas) para os quais o fator locacional não é fundamental como nos depósitos a vista. De fato, pode-se dizer que os bancos atuam como atacadistas nos depósitos a prazo.

Isso posto, cumpre tecer considerações, de cunho prospectivo sobre as conseqüências da redução da taxa de inflação sobre a configuração do setor bancário. Nesse sentido, conforme se observou após o Plano Cruzado, a repentina redução do nível da inflação levou a ajustes por parte dos grandes bancos em termos do fechamento de algumas agências e, atualmente, é corriqueira a cobrança de taxas de serviços bancários como extratos e talões de cheque. Pode-se prever que, caso a economia brasileira entre numa trajetória de estabilidade de preços, haja uma leve redução no nível de concentração nas variáveis em que o fator locacional é relevante (depósitos a vista e número de agências por exemplo) dada a redução do número de agências dos bancos de maior porte e/ou uma intensificação da cobrança de taxas de serviço. Pode-se esperar, portanto, que o eventual controle da inflação contribua (ainda que pouco) para

o aumento no grau de concorrência no setor.

Outro ponto de interesse refere-se a maior facilidade de entrada representada pelo advento dos bancos múltiplos. Nesse caso, pode-se esperar alguma redução da concentração naquelas variáveis nas quais o aspecto locacional não seja fundamental, já que vários dirigentes desses novos bancos revelaram não pretenderem competir no varejo.

BIBLIGRAFIA

ALVES, J.B. **Fatores Determinantes da Eficiência dos Bancos Comerciais.** Rio de Janeiro: Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, 1974.

BARBOSA, F.H. Medidas de Concentração. **Revista de Econometria,** v.1, n.1, 1981.

BOUZAN, A. **Bancos Comrciais no Brasil: Uma Análise do Desenvolvimento Recente – 1967/71,** São Paulo: Federação Brasileira de Associações de Bancos, 1972.

CARVALHEIRO, N. **Bancos Comerciais no Brasil – 1964/1976: Crescimento e Concentração,** São Paulo: IPE/USP, 1982. (Dissert., mestr. econ.).

CASTRO, N.O.P. **As Causas Econômicas da Concentração Bancária,** Rio de Janeiro: IBMEC, 1981.

CORRÊA, V.P. **Concentração e Lucratividade dos Bancos,** Brasília: Universidade de Brasília, 1985. (Dissert., mestr. econ.).

FONSECA, J. & A.Z. SANVICENTE, A.Z. A Concentração do Sistema Bancário Brasileiro. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais,** v.3, n.9, 1977.

MARQUES, N.S.F. A Concentração do Capital Bancário no Brasil (1964-1984), **Revista Brasileira de Mercado de Capitais,** v.11, n.3, 1985.

MEIRELLES, A.C. **A Evolução da Estrutura do Sistema Bancário Brasileiro no Período 1966-74.** Rio de Janeiro: Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, 1975.

MELO FILHO, L.C. Ao Longo do Tempo a concentração. **Jornal do Brasil,** mar. 1972.

PERDIGÃO, L.A. **Conglomerados Financeiros: Análise e Desempenho no Brasil no Período 1978/81.** Rio de Janeiro: IBMEC, 1983.

RESENDE, M. **Estrutura de Mercado no Setor Bancário: Determinantes e Implicações sobre a Política Monetária.** Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1989. (Dissert., mestr. econ.).

———, **Medidas de Concentração Industrial: Uma Introdução.** Rio de Janeiro: FEA/UFRJ, 1990. (Texto Didático nº 44).

SRIVASTAVA, D. & AGGARWAL, P.K. Messuring Tax Revenue Centralization in Federal Fiscal Systems: a Case Study of India. **Public Finance,** v.34, n.3, 1979.

TAVARES, M.A.R. **Juros, Custos e Concentração Bancária no Brasil 1967/76,** São Paulo: IPE/USP, 1981. (Dissert., mestr. econ.).

———, & CARVALHEIRO, N. **O Setor Bancário Brasileiro: Alguns Aspectos do Crescimento e da Concentração.** São Paulo, IPE/USP, 1985.

ABSTRACT

This article aims at quantifying the banking concentration in Brazil along the period 1970/86 for the variables total deposits, demand deposits, time deposits, number of branches and loans. One can verify a large increasing in the concentration in the group of private commercial banks, what reflects incentive measures from the government in one hand, and the changing nature of the competition forms on the other hand, due to the inflationary environment. One can expect, that price stabilization would contribute, yet if not much, to increase the degree of competition in the sector.